ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2022.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR CARLOS MUNIZ
2º SECRETÁRIO: VEREADOR LUIZ CARLOS SUÍCA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRNDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 760/22 da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) encaminhando cópia de Moção daquela Casa legislativa; Ofício n. 162/22 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo o autógrafo do Projeto de Lei n.

151/22, o qual, sancionado, constituiu-se na Lei n. 9.640/22; Ofícios n.s 155 a 159/22 da Secretaria Municipal de Governo em resposta a pleitos da CMS; Mensagem n. 9/22 do Executivo Municipal encaminhando o Projeto de Lei n. 159/22; Projetos de Lei n.s 153/22 do vereador Joceval Rodrigues, 154/22 da vereadora Roberta Caires, 155/22 do vereador Hélio Ferreira, 156 e 157/22 do vereador André Fraga, 158/22 do vereador Tiago Ferreira e 160/22 do vereador Geraldo Júnior; Projetos de Indicação n.s 152/22 do vereador Joceval Rodrigues, 153/22 do vereador André Fraga, 154/22 do vereador Augusto Vasconcelos, 155 a 157/22 do vereador Marcelo Maia e 158/22 da vereadora Maria Marighella; Projetos de Resolução n.s 34/22 do vereador Joceval Rodrigues e 35/22 do vereador Marcelo Maia; Requerimentos n.s 126/22 do vereador Paulo Magalhães Júnior e 127 e 128/22 do vereador Luiz Carlos de Souza; Requerimento de Utilidade Pública n. 26/22 do vereador Isnard Araújo; e Moções n.s 141 a 145/22 do vereador Joceval Rodrigues, 146/22 do vereador Sílvio Humberto, 147 a 150/22 da vereadora Maria Marighella, 151 e 152/22 do vereador Marcelo Maia e 153/22 do vereador Emerson Penalva. Terminada a leitura do Expediente, foi promulgado o Decreto Legislativo n. 984/22. Na **Tribuna Popular**, a senhora Elza Melo, da Associação dos Professores Licenciados do Brasil-Seção Bahia (APLB-Sindicato), agradeceu o espaço ao senhor presidente e ao vereador Augusto Vasconcelos. Expôs sobre os problemas da Educação municipal e a greve dos professores, explicando que o movimento grevista buscava não apenas reajuste salarial, mas, também, dignidade e educação de qualidade. Refutou a crítica da Prefeitura sobre as aulas paradas em razão da greve, observando que, muitas vezes, as aulas eram prejudicadas por problemas estruturais e técnicos, ou pela falta de merenda. Apontou atraso tecnológico, afirmando que a entrega de equipamentos eletrônicos aos alunos era enganosa quanto a isso. Explicou que a reivindicação de 6% de reajuste era dentro do legalmente previsto para o piso da categoria, tendo base no Ministério da Educação, e contestou declaração do prefeito sobre salários muito elevados que resultariam desse reajuste. Pediu que a

Casa agisse como mediadora junto ao Executivo. Pela ordem, o vereador Alberto Braga solicitou a retirada do Projeto de Resolução n. 7/22. Também solicitou um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-político e professor Luiz Viana Neto, o que foi deferido. Dando seguimento à **Tribuna Popular**, o senhor Bruno Carianha, da Guarda Municipal, agradeceu a aprovação do Projeto do Plano de Carreira da sua categoria, na semana anterior, destacando os edis que deram apoio aos guardas municipais em campanha. Explicou que o Plano obtido ainda não era o ideal, mas que houvera avanço, e defendeu o piso salarial dos agentes de endemias. Expôs o baixo patamar remuneratório da Guarda Municipal e o fato de muitos de seus agentes terem morrido por Covid. Pediu que fosse concedida a palavra à senhora Lília Cordeiro, enfermeira do Município. A senhora Lília Cordeiro pediu sensibilidade sobre a dificuldade que muitos agentes municipais sofriam. Relatou agressões recebidas por agentes de saúde durante a pandemia e apontou a carência de condições básicas de trabalho. Contou que agentes de saúde tiveram horas-extras forçadas para se cumprirem metas de vacinação contra a Covid e que esses agentes estavam sem reajuste havia oito anos. Foi cumprido o minuto de silêncio anteriormente solicitado. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Ricardo Almeida parabenizou o senhor presidente pela condução da Sessão anterior, na qual se aprovara o Plano de Carreira da Guarda Municipal. Sobre a Tribuna Popular, mencionou os dados de que a Bahia estava em último lugar quanto a Ensino a Distância (EAD), pelo quê, criticou o Governo do Estado, e de que o Município estava em primeiro lugar no mesmo quesito. Ainda mencionou os dados de que a Bahia estava em primeiro lugar nos índices de analfabetismo, violência e desemprego. O vereador Augusto Vasconcelos saudou os professores, coordenadores educacionais e, ainda, os agentes de saúde e os guardas municipais. Observou a grande demanda pelo uso da Tribuna Popular em razão dos muitos problemas na Cidade. Criticou a propaganda da Prefeitura sobre as escolas, afirmando que a realidade era muito precária, e exortou a bancada governista a fazer funcionar a Comissão de Educação. Pediu que a

Prefeitura cumprisse a promessa de oferecer *tablets* para os estudantes. Pediu, ainda, justiça em relação ao trabalho dos educadores, considerando insuficiente o reajuste proposto pela Prefeitura. O senhor presidente saudou os agentes de saúde, declarando apoiar o pleito remuneratório da categoria e contar com o apoio dos pares quanto a isso. O vereador Leandro Guerrilha disse que a educação era prioridade e contestou a alegação de que a Prefeitura não dava atenção aos educadores. Disse que era o Governo do Estado que não dava essa atenção e lembrou aumento remuneratório promovido no Município. Disse, ainda, que a greve dos docentes ocorrera após eles obterem negociação com a Prefeitura e que 80% da categoria não haviam aderido ao movimento. Criticou o que considerou uso político desse movimento. O vereador Edvaldo Brito declarou o seu apoio, como professor, aos professores que vinham à Casa. Considerou desrespeito aos docentes atribuir o movimento que faziam a interesses políticos. O vereador Sílvio Humberto enalteceu os professores e afirmou que muitos dos que falavam sobre os docentes não conheciam a realidade indigna de muitas escolas. Defendeu a greve como instrumento de luta e afirmou a necessidade de educação de qualidade para os pretos e pobres. Criticou medidas da Prefeitura sobre as demandas dos professores e defendeu educação física e artes nas escolas. Disse que a educação pública de qualidade salvava vidas e lembrou que, quando presidia a Comissão de Educação e visitava uma escola, encontrara um menino que o identificara como alguém semelhante ao seu pai. Em seguida, foram discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Lei n.s 40/22 (com o voto contrário do vereador Augusto Vasconcelos) e 160/22. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO